



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade
Secretaria de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços e Inovação
Subsecretaria da Indústria
Coordenação-Geral de Implementação e Fiscalização de Regimes Automotivos
Coordenação da Indústria Automotiva

ATA DE REUNIÃO

22ª REUNIÃO DO CONSELHO GESTOR DOS PROGRAMAS PRIORITÁRIOS

DATA: 23 DE MARÇO DE 2022 - 14:30 – 16:30

LOCAL: REUNIÃO VIRTUAL (MICROSOFT TEAMS)

PARTICIPANTES

Presidente-Substituto do Conselho: **Tólio Edeo Ribeiro**

Conselheiros:

Ministério da Economia (ME): **Margarete Maria Gandini (Titular)**

Ministério da Economia (ME): **Marcos Vinícius de Souza (Titular)**

Ministério da Economia (ME): **Gustavo Duarte Victor (suplente)**

Ministério da Economia (ME): **Thomas Paris Caldellas (Suplente)**

Secretaria de Empreendedorismo e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI): **Marcos Cesar de Oliveira Pinto (Titular)**

Secretaria de Empreendedorismo e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI): **Francisco Silveira dos Santos (Suplente)**

Secretaria de Estruturas Financeiras e de Projetos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI): **Carlos André Marques (Titular)**

Secretaria de Estruturas Financeiras e de Projetos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI): **Carlos Tadeu Assumpção de Pinho (Suplente)**

Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA): **Antonio Carlos Botelho Megale (Titular)**

Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA): **Henry Joseph Junior (Suplente)**

Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores: **Gábor Deák (Titular)**

Associação Brasileira de Ciências Mecânicas (ABCM): **Gherhardt Ribatski (Titular)**

Instituições Ausentes:

União Geral dos Trabalhadores (UGT)

Associação Brasileira de Private Equity & Venture Capital (ABVCAP)

Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (ANPROTEC)

Associação Brasileira de Engenharia Automotiva - AEA

Outros Participantes:

União Geral dos Trabalhadores (UGT): **Warley Soares**

Ministério da Economia (ME): **Amarildo Baesso**

Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (Fundep) - **Ana Eliza da Cruz Braga**

Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (Fundep) - **Ana Dourado Campos**

PAUTA

I - ABERTURA DA REUNIÃO

1. Verificação do quórum mínimo.

II - ASSUNTOS GERAIS

1. Ratificação da aprovação por meio eletrônico da ata da 21ª reunião do Conselho Gestor.

2. Informes.

III - ORDEM DO DIA

1. Apreciação do parecer do Grupo de Trabalho criado para analisar as propostas de novo programa prioritário na linha VI (estímulo à produção de tecnologias relacionadas à conectividade veicular) sobre ajustes e recursos impetrados pelas instituições proponentes.

2. Análise de proposta de alteração da Resolução SDIC/ME nº 3/2000, para solucionar o problema de acúmulo de excedente de captação no âmbito dos programas prioritários vigentes.

1 - ABERTURA DA REUNIÃO

Após certificação do quórum mínimo, a vigésima primeira reunião do Conselho Gestor dos Programas Prioritários foi aberta pelo Presidente-Substituto, Tólio Edeo Ribeiro.

2. ASSUNTOS GERAIS

2.1. Ratificação da aprovação por meio eletrônico da ata da 21ª reunião do Conselho Gestor.

O Presidente-Substituto do Conselho perguntou aos membros presentes se havia ressalvas sobre a minuta da ata enviada previamente por meio eletrônico e, não havendo manifestações, colocou em votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

2.2. Informes.

O Presidente-Substituto do Conselho passou a palavra ao representante da Secretaria Executiva do Conselho Amarildo Baesso, para que fossem feitos os informes. Inicialmente, o representante da Secretaria Executiva informou que, após fechada a pauta da 22ª reunião, surgiram novos assuntos que demandam a avaliação do Conselho, motivo pelo qual sugeriu deixar agendada a 23ª reunião para o dia 6 de abril de 2022. Explicou que os assuntos que demandam apreciação do Conselho são uma solicitação de audiência feita pela Finep sobre o indeferimento de seu pleito na 21ª reunião, uma solicitação de ajustes nos indicadores do programa

prioritário Desenvolvimento de tecnologias em biocombustíveis, segurança veicular e propulsão alternativa à combustão feita pela Fundep, uma solicitação de terceiro termo aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica feita pela Embrapii e uma solicitação de ajustes no Termo de Referência, que pode demandar, também, um termo aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica, feita pelo Senai. Por fim, sugeriu que, além da Finep, fosse ouvida a Embrapii, que solicita alterações mais complexas no programa prioritário que coordena.

O Presidente-Substituto ponderou com os demais membros se seria adequado aceitar audiências para discutir com as instituições coordenadoras aspectos de seus programas prioritários diretamente com o Conselho Gestor, afirmando acreditar que a melhor prática seria fazer as solicitações formalmente e o Conselho Gestor apreciar os pleitos após análise técnica da Secretaria Executiva. O representante da Associação Brasileira de Ciências Mecânicas, Gherhardt Ribatski, informou que foi procurado por representantes da Embrapii para tratar do pleito mencionado, o que ocorreu, também, com o representante da Anfavea, Antonio Carlos Botelho Megale, que afirmou não ter respondido, para aguardar a 22ª reunião do Conselho Gestor. O representante do Ministério da Economia Marcos Vinícius de Souza ponderou ser um risco abrir essa possibilidade, pois abre-se a possibilidade de que, toda vez que uma instituição coordenadora não concorde com uma decisão, vai querer recorrer por meio de audiência em reuniões do Conselho. Em seguida, o Presidente-Substituto fez uma proposta de se seguir o procedimento de apresentação formal do recurso, caso ainda haja o direito, seguida de uma análise técnica feita pela Secretaria Executiva e, posteriormente, a apreciação do pleito pelo Conselho Gestor. Por unanimidade, o Conselho aprovou a proposição formulada pelo Presidente-Substituto. Por fim, o representante do Ministério da Economia Marcos Vinícius de Souza sugeriu que, em casos mais complexos, pode-se formar um grupo de trabalho com membros do Conselho Gestor para fazer uma análise prévia e colocou-se à disposição para participar.

3. ORDEM DO DIA

3.1. Apreciação do parecer do Grupo de Trabalho criado para analisar as propostas de novo programa prioritário na linha VI (estímulo à produção de tecnologias relacionadas à conectividade veicular) sobre ajustes e recursos impetrados pelas instituições proponentes.

Inicialmente, o Presidente-Substituto do Conselho Gestor solicitou que o representante da Secretaria Executiva Amarildo Baesso fizesse um relato sobre os trabalhos do Grupo de Trabalho criado para fazer avaliação das propostas de novo programa prioritário sobre as propostas ajustadas e os recursos apresentados. O representante da Secretaria Executiva explicou que a decisão do Conselho Gestor sobre a aprovação e a classificação das propostas foi publicada no sítio eletrônico do Ministério da Economia no dia 21 de fevereiro de 2022 (22557053), pela manhã, e que foi estabelecido o prazo até dia 7 de março de 2022, para a apresentação das propostas ajustadas de acordo com as ressalvas e de possíveis recursos da decisão do Conselho. Informou, ainda, que, dentro do prazo estabelecido, foram apresentados recursos e propostas ajustadas pelas seguintes instituições proponentes: Finatec (recurso) (22968353); Softex (proposta ajustada e recurso) (22973178); Senai (proposta ajustada e recurso) (22968533); Fundep (proposta ajustada) (22968445). Por fim, esclareceu que, conforme parecer do grupo de trabalho (23319284), cuja cópia foi previamente enviada aos conselheiros, os ajustes apresentados, em termos gerais, aprimoraram as propostas e seguiram as ressalvas apresentadas. Em relação aos recursos, explicou que o Grupo de Trabalho entendeu não haver elementos que justificassem a revisão de não aprovação, no caso da Finatec, nem a alteração da classificação no caso das demais. Informou, ainda, que a classificação levou em consideração não apenas a qualidade da proposta, mas, também, a comparação com as demais. Por fim, informou que, conforme decisão do Conselho Gestor em sua 21ª reunião, foram convidados representantes da Fundep, para apresentarem o andamento dos dois programas dos quais a Instituição é coordenadora. Assim sendo, o Presidente-Substituto do Conselho, após consulta aos demais membros, autorizou a participação das representantes da Fundep Ana Eliza da Cruz Braga e Ana Dourado Campos, para procederem a apresentação (23496762).

Após a apresentação, o Conselheiro Marcos Cesar de Oliveira Pinto, representante da Secretaria de Empreendedorismo e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, perguntou se foi feita uma análise de impacto do curso de segurança veicular mencionado na apresentação. Questionou, ainda, como é a divisão dos projetos por área no programa da linha V, que é bastante abrangente. A representante da Fundep Ana Dourado Campos explicou, primeiramente, que são 20 projetos na área de biocombustíveis, 14 projetos

na área de segurança veicular e 13 projetos na área de propulsão alternativa à combustão. Em seguida, esclareceu que, no início, havia uma assimetria com peso maior na área de biocombustíveis, mas que, com o avanço da execução, foi havendo um maior equilíbrio. Informou, também, que trabalham com um comitê técnico diversificado, com 22 representantes, que assessora a Fundep na gestão. Conselheiro Marcos Cesar de Oliveira Pinto solicitou, na sequência, que fosse articulada uma conversa para a troca de informações sobre o sistema Conecta Rota, mencionado na apresentação, para verificar a possibilidade de sua utilização em outras áreas, demanda reiterada pelo Presidente-Substituto do Conselho, pelo conselheiro Carlos André Marques, da Secretaria de Estruturas Financeiras e de Projetos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, e pelo conselheiro Marcos Vinícius de Souza, do Ministério da Economia. O conselheiro Gabor Deák, representante do Sindipeças, afirmou que tem tido relacionamento muito próximo com a Fundep e que tem havido um rico processo de aprendizagem de ambas as partes. Por fim, o conselheiro Gherhardt Ribatski, representante da Associação Brasileira de Ciências Mecânicas, questionou se há informações sobre registro de patentes. Sobre o tema, a representante da Fundep Ana Eliza da Cruz Braga explicou que, no programa da linha IV - Ferramentarias brasileiras mais competitivas não é comum o registro de patentes. Já a representante da Fundep Ana Dourado Campos esclareceu que, no programa da linha V - Desenvolvimento de tecnologias em biocombustíveis, segurança veicular e propulsão alternativa à combustão, há essa previsão, mas que os projetos que podem gerar o registro de patentes ainda estão em andamento e os primeiros devem ser concluídos apenas no final do presente ano.

Na sequência, o Presidente-Substituto solicitou que as representantes da Fundep se ausentassem, para a deliberação do Conselho sobre o parecer do Grupo de Trabalho criado para analisar as propostas de novo programa prioritário na linha VI. Colocado em votação, o Conselho Gestor aprovou por unanimidade o parecer do Grupo de Trabalho criado para analisar as propostas de novo programa prioritário na linha VI.

3.2. Análise de proposta de alteração da Resolução SDIC/ME nº 3/2000, para solucionar o problema de acúmulo de excedente de captação no âmbito dos programas prioritários vigentes.

Inicialmente, o Presidente-Substituto do Conselho solicitou que a Secretaria Executiva fizesse a introdução do assunto. Na sequência, o representante da Secretaria Executiva do Conselho Gestor Amarildo Baesso informou que, conforme decisão da 21ª reunião do Conselho, foi realizado um estudo sobre as possibilidades de utilização dos recursos excedentes de captação acumulados referentes aos dois primeiros anos de execução dos programas prioritários. Explicou que foram analisadas a Portaria nº 86/2019, a Resolução SDIC/ME nº 3/2020 e os acordos de cooperação técnica firmados entre o Ministério da Economia e as instituições coordenadoras. Esclareceu que, após a análise, chegou-se à conclusão de que o encaminhamento mais viável seria a revisão da Resolução SDIC/ME nº 3/2020, alterando-se o prazo para a apresentação da solicitação de autorização do Conselho Gestor para utilização dos recursos excedentes de captação. A proposta é alterar o prazo do último dia do ano de execução a que se referem os recursos excedentes para o último dia do ano subsequente ao ano de execução a que se referem os recursos excedentes. Esclareceu, ainda, que foram sugeridas alterações formais com vistas a simplificar a Resolução. Questionado pelo Presidente-Substituto, o representante da Secretaria Executiva explicou que a modificação abriria a possibilidade de que fossem revistos os indeferimentos de pleitos já realizados pelas instituições coordenadoras referente ao excedente de captação do segundo ano de de execução do acordos de cooperação técnica.

Na sequência, o Presidente-Substituto do Conselho solicitou que, na instrução processual, seja questionada à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) sobre a possibilidade de rever os indeferimentos de solicitações relativas ao excedente de captação do segundo ano de execução dos acordos de cooperação técnica. Solicitou, ainda que fosse feito um estudo sobre as recomendações da Controladoria Geral da União para verificar se não haveria alguma inconsistência. O convidado Warley Soares, representando a União Geral dos Trabalhadores, ponderou que seria importante que os recursos excedentes autorizados pudessem ser executados até o fim da vigência dos programas. A respeito, o representante da Secretaria Executiva do Conselho explicou que essa possibilidade já é garantida, com exceção da situação em que a instituição coordenadora faz uma nova solicitação de uso de recursos excedentes, situação em que precisa comprovar a plena execução dos recursos excedentes autorizados anteriormente. Por fim, o Presidente-Substituto questionou se haveria alguma outra ponderação dos demais membros e, em não havendo, colocou em votação a proposta, que foi aprovada por unanimidade.

ENCAMINHAMENTOS

1. Providenciar a publicação do resultado final da avaliação das propostas de novo programa prioritário na linha VI - Estímulo à produção de tecnologias relacionadas à conectividade veicular - Secretaria Executiva do Conselho Gestor.
2. Providenciar a instrução processual para publicação da revisão da Resolução SDIC/ME nº 3/2020 - Secretaria Executiva do Conselho Gestor.
3. Encaminhar a apresentação realizada pela Fundep aos conselheiros - Secretaria Executiva do Conselho Gestor.
4. Informar à Finep sobre indeferimento de sua solicitação de audiência na próxima reunião do Conselho Gestor - Secretaria Executiva do Conselho Gestor.

PRÓXIMA REUNIÃO

A próxima reunião ficou agendada para o dia 6 de abril de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Mauricio Hiroshi Muramoto, Usuário Externo**, em 07/04/2022, às 11:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **HENRY JOSEPH JUNIOR, Usuário Externo**, em 07/04/2022, às 13:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Margarete Maria Gandini, Coordenador(a)-Geral**, em 07/04/2022, às 18:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Duarte Viter, Coordenador(a)**, em 08/04/2022, às 08:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gherhardt Ribatski, Usuário Externo**, em 08/04/2022, às 09:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Cesar de Oliveira Pinto, Usuário Externo**, em 10/04/2022, às 14:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Vinícius de Souza, Analista de Comércio Exterior**, em 14/04/2022, às 13:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Francisco Silveira dos Santos, Usuário Externo**, em 15/04/2022, às 06:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tólio Edeo Ribeiro, Subsecretário(a)**, em 20/04/2022, às 16:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gabor Janos Deak, Usuário Externo**, em 30/05/2022, às 17:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **23496803** e o código CRC **04F60F76**.

Referência: Processo nº 19687.102202/2020-01

SEI nº 23496803